

## Outeiro abre Verão com Justiça e Cidadania

03/07/2017 13:52

### Projeto fez 319 atendimentos ao cidadão no fim de semana



Audiência no interior do veículo dos Juizados Especiais, sob a presidência do juiz Márcio Rebello, ao centro.

No primeiro final de semana de julho, o projeto Verão com Justiça e Cidadania, da Coordenadoria dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Pará, registrou apenas uma ocorrência envolvendo um desentendimento entre um homem e uma mulher na Praia Grande do Outeiro. A ocorrência resultou em um Termo Circunstanciado de Ocorrência, registrado pela Polícia Civil e levado à Justiça para apreciação, cuja deliberação, após conciliação entre as partes envolvidas resultou no compromisso de bom viver. No atendimento cidadão, foram 319 atendimentos, com emissão de documentos (certidão de nascimento e carteira de identidade), além de orientação jurídica.

O Projeto Verão com Justiça e Cidadania iniciou os trabalhos desta quinta edição no Distrito de Outeiro, nos dias 1º e 2 de julho. Além das ocorrências que poderiam ser registradas durante as atividades, a equipe, coordenada pelo juiz Márcio Campos Rebello, também realizou atendimentos jurídicos e 20 audiências pré-agendadas pelo Juizado Especial Criminal de Icoaraci. Desse total, 17 audiências foram finalizadas, com conciliações e transações penais. As outras três terão seguimento com a realização de diligências. A maioria dos casos corresponde a conflitos entre vizinhos e danos ao patrimônio.

Conforme a Coordenadoria dos Juizados Especiais, que tem a frente a desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos, o projeto, que estará ainda neste mês de julho em

Mosqueiro, Bragança e Salinas, visa estabelecer a presença do Judiciário nos principais balneários do Estado, buscando a pacificação social e a inibição da prática de infrações penais de menor potencial ofensivo.

De acordo com o juiz Mário Rebello, o projeto tem relevante importância, sobretudo pelo efeito pedagógico, “pois a população vem pra se divertir e aqueles que eventualmente fujam dessa ideia vão sentir a presença do poder público de forma maciça, coordenada e organizada, através da Polícia Civil, do Ministério Público, da OAB e do Judiciário. Eventual fato de índole criminal será imediatamente punido ou terá a resposta que a lei possibilita, nos casos do Juizados Especiais, também é possível a realização de uma transação penal ou uma composição civil dos danos. Mas a nossa intenção é de que a nossa presença seja cada vez mais desnecessária e a população possa aproveitar o verão amazônico com sua família da forma mais tranquila e serena possível”.

Cidadania - Além da prestação jurisdicional, que abrange a realização de procedimentos criminais, com realização de audiências de transação penal, de conciliação e de instrução e julgamento, conforme o caso, o projeto proporciona ainda à população, tanto aos que se deslocam para os balneários, quanto os que lá residem, a oportunidade do exercício da cidadania, com serviços emissão de carteiras de identidade, 1ª e 2ª via de Certidão de Nascimento e Atendimento Jurídico.

Dos 319 atendimentos realizados pelo Propaz, que teve como base de atendimento a Escola estadual Pedro Demo, na Praia do Amor, no Outeiro, 200 foram de emissão de carteira de identidade e as outras 119, corresponderam a atendimento e orientação jurídica além da emissão de 2ª via da certidão de nascimento. Na próxima semana, 8 e 9 de julho, quando o projeto estará na Ilha de Mosqueiro, o Verão com Justiça e Cidadania contará com a presença do Tribunal Regional Eleitoral, que prestará serviços de alistamento eleitoral, 2ª via, revisão eleitoral e transferência de domicílio.

Parceria - São parceiros do Judiciário no projeto o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Polícia Civil, além do Propaz. Neste primeiro final de semana, estiveram em Outeiro, atuando nos procedimentos criminais, o promotor Edvaldo Sales, representando o Ministério Público, e as advogadas Patrícia Rocha e Conceição Bastos, pela OAB.

O atendimento é prestado em unidades móveis (ônibus com estrutura de gabinete, sala de audiência e atendimento), das 10h às 17h, aos sábados e domingos de todo o mês de julho. São apreciadas e julgadas as questões de pequeno potencial ofensivo, que preveem pena inferior a dois anos e podem ser substituídas por aplicação de penas e medidas alternativas.

A apreciação dos casos é realizada através de procedimentos ágeis, que após os atos de competência da Polícia Civil, são imediatamente encaminhados ao Judiciário, que por sua vez faz o processamento e julgamento das questões de acordo com a lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais).

Cronograma:

Mosqueiro: dias 8 e 9

Bragança: dias 15 e 16

Salinas: dias 22, 23, 29 e 30

Serviços:

TJPA- procedimentos criminais, com realização de audiências de transação penal, de conciliação e de instrução e julgamento, conforme o caso, nas situações afetas às infrações penais de menor potencial ofensivo previstas na Lei 9.099/1995

Propaz: emissão de carteiras de identidade, 1ª e 2ª via de Certidão de Nascimento e Atendimento Jurídico.

TRE: Atendimento aos eleitores com os seguintes serviços: alistamento eleitoral (1ª via do título de eleitor); 2ª via; transferência de domicílio e revisão eleitoral, principalmente para aqueles que ainda não fizeram o cadastramento biométrico obrigatório.

Fonte: Coordenadoria de Imprensa

Texto: Marinalda Ribeiro

Foto: null / Ricardo Lima/TJPA